



Brasília, 23 de novembro de 2017.

INFORME GREVE

Temer apresenta proposta de desmonte da previdência. Fasubra orienta reforçar mobilização das caravanas e atos nos estados.

Os ataques aos direitos de nossa classe estão se intensificando ainda mais sob o Governo de Temer. Após barrar o processo contra ele no congresso nacional, agora retoma a ofensiva com a intenção de recolocar a reforma da previdência em votação.

Para tentar confundir a opinião da população frente à Reforma da Previdência, o governo Michel Temer está usando o discurso de que o novo texto é mais “enxuto” e “ataca privilégios”, mantendo direitos, duas grandes mentiras para acabar com o direito à aposentadoria dos brasileiros.

O discurso de que a reforma combate “privilégios” é para esconder o fato de que a reforma ataca a maioria dos trabalhadores pobres. Segundo dados da Previdência Social, o Brasil possui pouco mais de 19 milhões de aposentados. De cada três, dois ganham salário mínimo. Enquanto isto, Temer aposentou-se em 1996, aos 55 anos, como promotor do Estado de São Paulo. Há mais de 20 anos recebe uma aposentadoria de R\$ 45 mil. O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, se aposentou aos 53 anos e recebe cerca de R\$ 20 mil. Geddel Vieira Lima (aquele do apartamento cheio de malas de dinheiro), aposentou-se aos 51 anos e recebe nada menos que cerca de R\$ 20 mil. Tudo isso fora os salários que ainda recebem em seus cargos, e o estrondoso processo de corrupção que é manchete diária nos jornais, envolvendo os aliados do Governo.

Michel Temer, Rodrigo Maia e os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, além de vários parlamentares, apresentaram nessa noite passada, através do deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da PEC 287/2016 - Reforma da Previdência, o novo texto para viabilizar a aprovação da reforma, durante jantar no Palácio da Alvorada pago pela população brasileira, onde os direitos dos trabalhadores foram oferecidos como prato principal. Mas ao mesmo tempo mostrou fragilidade, pela adesão de deputados no jantar menor do que o Governo esperava, o que ele tentará compensar com a destinação de 99 milhões de reais para a propaganda do Governo pró-reforma (para isso não falta dinheiro...).

Pontos principais (análise mais ampla da proposta será feita no CNG nesse próximo sábado):

→**Idade mínima:** A idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres, como estava no texto original, com distinção para professores e policiais (60 anos e 55 anos, respectivamente, independente de gênero).

→ A unicidade de tratamento entre trabalhadores públicos e privados foi mantida como no texto original.

→ **Tempo de Contribuição:** O tempo de contribuição mínima para aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), dos trabalhadores privados será de 15 anos, enquanto o do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos servidores públicos, fica em 25 anos.

→ **Valor do benefício:** Para se aposentar com 100% da renda média de contribuição, o tempo ficou em 40 anos de contribuição. Com 15 anos no RGPS, o trabalhador se aposenta com 60% da renda média de contribuição. No RPPS, a partir do mínimo de 25 anos de contribuição, o servidor começa com 70%.

→ **Transição:** o texto prevê idade mínima de 53/55 anos para quem se aposentar pelo RGPS, e de 55/60 anos para o RPPS (servidores públicos) em 2018. Essa idade mínima aumentará em um ano a cada intervalo de dois anos, até atingindo a meta 62/65 anos para mulheres e homens.

Com essas medidas, o Governo espera que, em 10 anos, seja reduzido em R\$ 780 bilhões os pagamentos de benefícios do povo brasileiro. Para isso, a intenção de Maia e Temer é de colocar a proposta em votação no plenário da Câmara na primeira semana de dezembro, onde necessitará de 308 votos de parlamentares em dois turnos de votações.

Diante dessa situação, reforçamos os chamados para a mobilização e adesão a greve nacional, com atos nos estados em conjunto com as centrais e categorias em luta, e presença massiva em Brasília por ocasião das caravanas.

ORIENTAÇÕES PARA A CARAVANA

É fundamental que todos os sindicatos filiados e comandos locais de greve estejam preparando a caravana a Brasília. Essa atividade é muito importante e tod@s precisam se desdobrar para esse esforço. Toda a infraestrutura está sendo providenciada e detalhes serão encaminhados às entidades de base, inclusive para acampamento. **SOLICITAMOS QUE NOS ENVIEM OS INFORMES DAS BASES SOBRE CARAVANA, QUANTIDADE DE CARAVANEIROS E A DATA E HORÁRIO DE CHEGADA, A FIM DE QUE POSSAMOS CONCLUIR OS PREPARATIVOS PARA UMA BOA RECEPÇÃO.**

A realidade exige pressão total em Brasília, estamos orientando, a priori, CARAVANA DIAS 27 (da FASUBRA) e 28 COM O FUNCIONALISMO. (SUGERIMOS QUE TODAS AS ENTIDADES DE BASE CHEGUEM EM BRASÍLIA DIA 26.11).

APOIO INTERNACIONAL À GREVE

De 14 a 17 de novembro a Agremiación Federal de los Funcionarios de la Universidad de la República (AFFUR) realiza o XI Congresso em homenagem ao Centenário da Revolução Russa, em Montevideu, Uruguai. Durante o evento, a Federação aprovou uma declaração de apoio e solidariedade à greve da FASUBRA Sindical, iniciada no dia 10 de novembro contra o pacote de maldades do governo Michel Temer e em defesa do serviço público.

Confira a tradução do documento:

Diante da greve geral por tempo indeterminado deflagrada pelo sindicato irmão da FASUBRA no Brasil, o XI Congresso da AFFUR declara:

1. Seu total apoio e solidariedade com a luta dos companheiros da FASUBRA contra os ataques do governo Temer aos trabalhadores em geral e em particular das universidades, especialmente as propostas de Reforma da Previdência, reestruturação das carreiras, Reforma Trabalhista e privatização dos hospitais universitários, entre muitas medidas de retrocesso.

2. Divulgar através de todos os meios possíveis a luta de nossos companheiros trabalhadores universitários do Brasil diante da falta de informação sobre a realidade do que ocorre no país vizinho.
3. Promover no próximo Congresso da CONTUA declarações de apoio e solidariedade ao mesmo e de cada organização participante.
4. Levar esta declaração aos companheiros da FASUBRA transmitindo toda a solidariedade da AFFUR em sua justa luta

Declaração em espanhol:

Ante la huelga general por tiempo indeterminado declarada por el Sindicato hermano de Fasubra en Brasil el XI Congreso de AFFUR Declara:

1) Su total apoyo y solidaridad con la lucha de los compañeros de Fasubra contra los ataques del Gobierno de Temer a los trabajadores en general y universitarios en particular, en especial las propuestas de Reforma Provisional, reestructura funcional, Reforma Laboral y privatización de Hospitales Universitarios, entre otras muchas medidas regresivas.

2) Difundir a través de todos los medios posibles la lucha de nuestros compañeros trabajadores universitarios de Brasil ante la falta de información sobre la realidad de lo que ocurre en el vecino país.

3) Promover en el próximo Congreso de la Contua declaraciones de apoyo y solidaridad del mismo y de cada una de las organizaciones miembro.

4) Trasladar la presente declaración a los compañeros de Fasubra trasmitiendoles toda la solidaridad de AFFUR en su justa lucha.

Federação denuncia a proposta de desmonte das carreiras do funcionalismo público

Proposta editada pelo governo pretende reestruturar as carreiras no serviço público.

A FASUBRA Sindical participou da audiência pública “ Em defesa dos serviços públicos, contra o pacote de maldades”. O evento ocorreu na tarde de segunda-feira, 20, na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e Legislação Participativa do Senado Federal. Representou a Federação o coordenador geral Gibran Jordão. Presentes os integrantes do Comando Nacional de Greve da FASUBRA.

Jordão parabenizou o senador Paulo Paim pela realização da audiência e informou sobre a greve da Federação deflagrada no dia 10 de novembro. De 69 instituições federais de ensino, 35 estão em greve. O movimento paredista tem como eixo a defesa da universidade pública e dos serviços públicos, contra a reforma da Previdência, a defesa da carreira dos TAEs, contra o pacote de maldades do governo Temer aos direitos do funcionalismo.

Caravana Nacional

O coordenador informou sobre o calendário de lutas unificado com entidades do funcionalismo, destacando a Caravana Nacional no dia 28 de novembro. Trabalhadores do serviço público federal de todo o país estarão reunidos para expressar sua indignação com uma grande manifestação em Brasília-DF.

Ofensiva

O governo de Michel Temer tem desenvolvido uma ofensiva contra os serviços públicos e o funcionalismo em duas iniciativas, de acordo com Jordão. O corte de R\$ 40 bilhões no orçamento para órgãos públicos só neste ano, dificulta a prestação de serviços. Como exemplo o coordenador citou a dificuldade da polícia federal em emitir passaportes e o corte de orçamento e investimento nas universidades anunciado por reitores.

Caso a política de corte de gastos não seja revertida, várias universidades não terão dinheiro para pagar contas de água, luz, contas básicas, fechando as portas, segundo notas publicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). “Isso é muito grave porque, não é só um ataque ao funcionário público, mas um ataque à população brasileira que paga muitos impostos e quer ter o retorno desses serviços públicos gratuitos e de qualidade”.

Segundo Jordão, trabalhadores de órgãos públicos como a Receita Federal, auditores fiscais do Ministério do Trabalho, afirmam que estão comprometidas e ameaçadas as demandas porque existe um corte drástico do orçamento.

Alerta à população

Para a FASUBRA, a primeira denúncia dos servidores públicos é alertar a população de que, a política desenvolvida pelo governo Temer afeta diretamente a própria demanda do trabalhador brasileiro, que precisa de serviços públicos que envolvem educação, saúde, segurança pública, e outras.

A segunda iniciativa do governo federal por meio de ataques aos direitos dos trabalhadores do serviço público federal, expressa na MP 805/17, aumenta e confisca parte do salário e adia ajustes acordados com várias categorias. “Isso é muito grave porque os trabalhadores do serviço público federal - embora o governo queira fazer uma propaganda de que nós somos privilegiados - sequer tem direito a negociação coletiva, somente após muitas greves e lutas conseguimos fazer um acordo, o governo vai lá e adia o acordo assinado”.

Reestruturação

A FASUBRA denunciou a proposta do governo de reestruturação das carreiras do funcionalismo público. “Leia-se, destruir todas as conquistas que nós lutamos muito pra conseguir nos últimos 30 anos, nossos planos de carreira”.

Na ocasião, o coordenador informou que Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados quer votar a reforma da Previdência no dia 06 de dezembro. Para Jordão, a propaganda milionária do governo tem como objetivo acabar com privilégios. “E atacar o serviço público, se o governo quisesse acabar com privilégios, acabaria com a própria aposentadoria do Temer, que aposentou recebendo muito, trabalhando pouco. Se quisesse mesmo acabar com privilégios atacava o lucro dos grandes bancos, das grandes fortunas, isso é acabar com privilégio”.

Para Jordão, caso o governo insista votar a reforma da Previdência, será necessária a construção de uma nova greve geral chamada por centrais sindicais e o funcionalismo público.

Confira a matéria da Agência Senado: Entidades sindicais fazem defesa do serviço público e criticam medidas do governo

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/20/entidades-sindicais-fazem-defesa-do-servico-publico-e-criticam-medidas-do-governo>

FASUBRA informa sobre a greve na Comissão Geral que denunciou cortes de orçamento nas IFES

Para a FASUBRA, o movimento paredista é fundamental para a manutenção das universidades e institutos federais, instituições estratégicas para o país.

Para discutir a crise econômica nas instituições de ensino superior no Brasil, a Câmara dos Deputados reuniu parlamentares em Comissão Geral aberta ao público. O evento realizado no Plenário Ulysses Guimarães contou com a participação do Comando Nacional de Greve (CNG) da FASUBRA e o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Emmanuel Tourinho.

O coordenador de Educação da FASUBRA, Rafael Pereira, informou os parlamentares sobre a greve da Federação deflagrada no dia 10 de novembro e apresentou o eixo de reivindicações. “A greve dos trabalhadores técnico-administrativos em educação não deve ser encarada como uma mobilização corporativa. Ela obviamente está inserida na crise das universidades e na crise da sociedade brasileira”.

Elo mais fraco

De acordo com a Pereira, os trabalhadores são o elo mais fraco da universidade pública. “Como elo mais fraco, somos os primeiros a sentir o drama da precarização, corte nos orçamentos e falta de condições de

trabalho”. Para o coordenador, o corte nas universidades iniciado em 2014, faz parte de uma agenda neoliberal implementada e “a greve dos trabalhadores está inserida nesse contexto”, afirmou.

Investimento

Para a FASUBRA, o movimento paredista contra o desmonte dos serviços públicos e o corte de orçamento, é fundamental para a manutenção das universidades e institutos federais, instituições estratégicas para o país. “Não há uma universidade de qualidade, sem que haja orçamento e uma equipe técnica qualificada com condições de realizar o trabalho, fiscalizar obras, executar o orçamento, garantir licitações republicanas e efetivamente que toda a função social da universidade, que a sociedade coloca como responsabilidade, seja executada”.

A Federação aponta ser imprescindível que a Câmara dos Deputados faça mediações entre trabalhadores e o Executivo. “Que seja recorrente em defender os direitos dos técnicos, dos trabalhadores e todas as universidades públicas que estão em luta, hoje pela sua sobrevivência e manutenção, mas em um futuro próximo pela expansão e efetividade das suas funções sociais”, finalizou o coordenador.

Emmanuel Tourinho, presidente da Andifes, apresentou dados estatísticos do governo federal que comprovam o corte de orçamento e apontou as dificuldades de manutenção das instituições.

Confira a matéria da Agência Câmara Notícias: Universidades criticam cortes para ensino superior no Orçamento de 2018

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/549441-UNIVERSIDADES-CRITICAM-CORTES-PARA-ENSINO-SUPERIOR-NO-ORCAMENTO-DE-2018.html>

FASUBRA solicita a Andifes apoio à greve nacional

A Federação solicitou aos reitores apoio ao movimento paredista, evitando qualquer forma de retaliação aos grevistas.

Nesta manhã, 22, a FASUBRA Sindical apresentou aos reitores de todo o país as reivindicações da greve nacional dos trabalhadores técnico-administrativos em educação. O evento aconteceu na reunião do Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em Brasília-DF. Representaram a Federação os coordenadores Rogério Marzola, Fátima Reis e Francisco de Assis e os delegados do Comando Nacional de Greve (CNG).

Quebra de acordo

A FASUBRA destacou todo o histórico documentado de reivindicações da Categoria por negociação e abertura de diálogo ao governo federal. Principalmente a solicitação de cumprimento do Termo de Acordo, assinado após a greve de 2015. No total, foram 13 ofícios enviados ao Ministério da Educação (MEC), sem resposta ou até mesmo justificativa à Federação.

Apoio parlamentar

Toda a movimentação do CNG no Congresso Nacional em audiências públicas foi citada. Os trabalhadores têm solicitado apoio aos parlamentares à reivindicação da Categoria e em defesa das instituições federais de ensino em crise. O número crescente de instituições que aderiram à greve foi informado a pedido dos reitores. Até o momento 38 instituições aderiram à greve, algumas ainda realizam assembleias.

A Federação solicitou aos reitores apoio ao movimento paredista, evitando qualquer forma de retaliação aos grevistas.

Os coordenadores também solicitaram uma reunião com o Fórum de Dirigentes de Gestão de Pessoas das Instituições Federais de Ensino Técnico, Científico e Tecnológico (Forgep) e setores que compõem a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNS), instituída pela Lei 11.091/05, para propor ações e mudanças na carreira dos trabalhadores das instituições federais de ensino.

Principalmente, diante da ameaça de reestruturação das carreiras no serviço público por parte do governo, deixando de fora as entidades sindicais. “É de interesse da FASUBRA aprimorar a carreira e não destruí-la”.

Reforma da Previdência

Na ocasião, a FASUBRA denunciou a desmoralização do serviço público nas mídias nacionais, para aprovação da reforma da Previdência baseada em combater “privilégios”. Nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, os servidores públicos passaram por situação semelhante. “Esse

movimento paredista é pra fazer inclusive, campanhas de valorização do serviço público, das instituições, dos trabalhadores públicos contando com o apoio dos reitores”.

Para a Federação, os trabalhadores do serviço público vivem um processo de resistência ao desmonte do Estado, onde o setor público financia o privado, principalmente por meio das privatizações. “Neste momento, é necessário trabalhar em conjunto em defesa do serviço público e dos trabalhadores. Nossa arma de resistência aos ataques é o povo nas ruas”.

Ao final, a FASUBRA informou sobre o calendário de lutas em conjunto com as entidades representantes do funcionalismo público e destacou a Caravana Nacional no dia 28 de novembro em Brasília-DF.

INFORMES DE BASE

ASSUFISM – UFSM

Na última sexta-feira (10), estudantes, trabalhadores e trabalhadoras do setor público estadual e federal, bem como centrais sindicais e movimentos sociais promoveram um ato público contra o contingenciamento de verbas e o desmonte do serviço público, com concentração na Praça Saldanha Marinho e percorreu as ruas da cidade. Tomada como Dia Nacional de Lutas, a sexta-feira foi marcada por diversas mobilizações no país e demarcou também o primeiro dia de greve da categoria dos (as) técnico-administrativos (as) em educação da UFSM. Às vésperas de entrar em vigor a Reforma Trabalhista, os cartazes e palavras de ordem confrontavam esta e outras medidas propostas pelo governo; como a Reforma da Previdência e a Lei das Terceirizações. Ao lado categoria, em greve estão também professores estaduais – há mais de dois meses paralisados - e a Polícia Civil. A técnico-administrativa em educação aposentada pela UFSM, Nilza Soares Almeida esteve presente na manifestação e conta que durante sua trajetória no Serviço Público não costumava aderir às greves. No entanto, desde que uma amiga lhe apresentou ao movimento, ela passou a refletir mais sobre as condições de trabalho as quais estava submetida e hoje acredita que a luta é um instrumento necessário para a garantia de direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras. Com a camiseta que leva a escrita “LUTO pela Universidade Pública, lute você também” a coordenadora geral da Assufism Loiva Chansis relembra que o movimento não é pelo aumento de salários, mas sim pela defesa e manutenção dos direitos da categoria. Assim como ela, a coordenadora Jurídica e de Relações de Trabalho do sindicato Natália San Martin avaliou o ato de forma positiva e acredita que “apesar de ser difícil manter a resistência frente ao governo ameaçador” a categoria não deve desistir.

[Assembleia encaminha decisão da Mensalidade Extra para próxima terça, 21](#)

Na tarde de terça-feira, 14, a categoria se reuniu no Auditório da Química (prédio 18) para a primeira assembleia de greve, com o tema de Prestação de Conta e a pauta Mensalidade Extra. Na plenária, técnico-administrativos e administrativas em educação solicitaram que uma nova assembleia fosse realizada com a apresentação completa do relatório analítico da Greve 2016, que incluísse os valores arrecadados. A categoria tirou como encaminhamento que a deliberação da Mensalidade Extra seja realizada em nova assembleia, na terça-feira (21), que vai ser realizada no Auditório da Química, às 14h. Dentre os pontos de pauta, a assembleia desta terça-feira foi definido ainda os delegados e delegadas das chapas para o Comando Nacional de Greve da Fasubra, que representarão a Assufism em Brasília. Dessa forma, a Chapa Vamos à Luta/Sonhar e Lutar que recebeu maior número de votos terá 2 delegados (as); a Chapa Unir/Tribo/Independentes levará 1 representante; e a Chapa Frente Cutista enviará também 1 representante.

Desde o início do segundo semestre deste ano, a coordenação da Assufism está realizando reuniões setoriais da universidade, como resposta ao cenário de desmonte do serviço público e com o objetivo de mobilizar a categoria. Na última semana, as reuniões do sindicato e da assessoria jurídica da Wagner Advogados Associados ocorreram com TAE's do prédio da Antiga Reitoria e dos campi de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões. Além das principais medidas que tramitam no Congresso – como o PDV, o PLS116, o Plano de Carreira e a Reforma na Previdência -, também entraram na pauta das reuniões, questões relativas ao direito de greve do servidor público. O advogado Heverton Padilha frisou que o momento é crítico e que a greve não é só do serviço público, haja vista que trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada também serão afetadas com as reformas. As TAE's do setor de estomatologia – localizado no prédio da Antiga Reitoria -, Marta Tomasi e Liliana Souza acreditam que se as reformas forem aprovadas o setor público viverá um retrocesso sem precedentes. Marta conta que trabalha há 32 anos na instituição e já aderiu à greve diversas vezes, lutando pelos seus direitos; mas o que vê agora, é que a categoria enfrenta uma “rasteira” do governo. Já as reuniões setoriais nos campi de Frederico Westphalen

e Palmeira das Missões ocorreram na quarta-feira, 08. Apesar dos campi serem relativamente novos na história da UFSM, há efetiva participação destes no movimento grevista. A técnico-administrativa em educação de Frederico Westphalen Glaucia Rocha trabalha na UFSM desde julho deste ano, mas já é servidora pública há 13 anos e problematiza o cenário atual: “se antes tínhamos de lutar para garantir direitos e conseguir avanços tanto no trabalho quanto no setor econômico, hoje temos de lutar pela manutenção desses direitos”. O técnico-administrativo em educação de Palmeira das Missões Felipe Malheiros, trabalha há quatro anos na instituição e relatou que participa ativamente das atividades de greve. Segundo ele, a greve é o instrumento de força dos trabalhadores e trabalhadoras e só um movimento forte e unificado é capaz de angariar algum resultado positivo para barrar os retrocessos.

QUADRO NACIONAL DE GREVE

RESPOSTAS DAS ENTIDADES FILIADAS À FASUBRA EM RELAÇÃO À DEFLAGRAÇÃO DA GREVE DA FASUBRA

A maioria das entidades de base já deliberou por GREVE!

Regiões	UF	Sindicato	IES	Greve	Greve a partir de	Estado de greve	Assembleia	Não aderiu
Centro Oeste	DF	SINTFUB	UnB	X	21/11			
		SINT-IFES-go	UFG			X		X
		SINT-IFES-go	IF Goiano			X		X
	GO	SINT-IFES-go	IF Goiás			X		X
	MT	SINTUF-MT	UFMT	X				
	MS	SINTEF	UFGD	X	13/11			
	MS	SISTA-MS	UFMS			X		X
		5	7	3		4		4
Nordeste	AL	SINTUFAL	UFAL	X				
		ASSUFBA	UFBA	X	22/11			
		ASSUFBA	UFOB					
		ASSUFBA	UFRB	X				
	BA	ASSUFBA	UFSB					
		SINTUFCE	UFC	X	14/11			
		SINTUFCE	UFCA			X		X
	CE	SINTUFCE	UNILAB	X				
	MA	SINTEMA	UFMA			X		X
		SINTESPB	UFCG					
	PB	SINTESPB	UFPB			X		X
		SINTUFEPE	UFPE	X				
	PE	SINTUFEPE seção rural	UFRPE	X	13/11			

		SINTUFEPE	UNIVASF					
	PI	SINTUFPI	UFPI	X				
	RN	SINTEST-RN	UFERSA			X	23/11	X
		SINTEST-RN	UFRN			X	23/11	X
	SE	SINTUFS	UFS					
		09	18	8		5		5
Norte	AC	SINTEST/AC	UFAC	X	20/11			
	AP	Sinstaufap	UNIFAP					
	AM	SINTESAM	UFAM	X				
	PA	SINDTIFES	UFOPA			X		X
		SINDTIFES	UFPA	X				
		SINDTIFES	UFRA	X				
		SINDTIFES	UNIFESSPA	X	21/11			
	RO	SINTUNIR	UNIR					
	RR		UFRR					
	TO	SINTAD-TO	UFT	X				
		6	10	6		1		1
Sudeste	ES	SINTUFES	UFES	X	22/11			
	MG	SINDIFES	UFMG	X				
		SINDIFES	UFVJM	X				
		SINDIFES	CEFET-MG	X				
		SINDIFES	IFMG	X				
		SINTUFEJUF	UFJF	X				
		Sind-UFLA	UFLA			X		X
		ASSUFOP	UFOP	X				
		Sinds-UFSJ	UFSJ			X		X
		Sinte-Med	UFTM	X	16/11			
		SINTET-UFU	UFU	X	21/11			
		ASAV	UFV					
		SINT- UNIFAL	UNIFAL-MG			X		X
		SINTUNIFEI	UNIFEI					
	RJ	SINTUFF	UFF	X				
		SINTUFRJ	UFRJ	X				
		SINTUR-RJ	UFRRJ	X				
		ASUNIRIO	UNIRIO	X				
	SP	Sintunifesp	UNIFESP	X	13/11			
		SinTUFABC	UFABC					X
		Sintufscar	UFSCar	X				
		18	21	15		3		4

Sul	PR	Sinditest-PR	UFPR	X				
		Sinditest-PR	UNILA	X				
		Sinditest-PR	UTFPR					X
		Sindedutec	IFPR					X
	RS	APTAFURG	FURG					X
		ASSUFRGS	UFCSPA	X				
		ASSUFRGS	UFRGS	X				
		ASSUFRGS	IFRS	X				
		ASUFPEL	UFPeI	X				
		ASSUFSM	UFSM	X				
		SINDIPAMPA	UNIPAMPA					X
	SC	SINDTAE	UFFS					
		SINTUFSC	UFSC			X		X
		9	13	7		1		5
Total		47	69	39		14		19
Sindicatos	47							
Universidades Federais			63					
Institutos Federais			5					
CEFET-MG	1							

Obs. Dados atualizados em 23 de novembro de 2017. Há instituições que estão registradas como “em estado de greve” e também “não adesão à greve” (em relação a partir do dia 10.11), totalizando 19 instituições em “estado de greve e/ou não adesão à greve”. Algumas instituições têm assembleias agendadas para os próximos dias.

CALENDARIO DE ATIVIDADES

23/11 – Auditório Petrônio Portela, 13h – apresentação do relatório da CPI da Previdência.

24/11 – Reunião das Comissões do CNG para organização das atividades das caravanas.

25/11 – Reunião do CNG, às 14h, de avaliação e organização de atividades das caravanas.

26/11 – Início da recepção dos caravaneiros.

27/11- Debate no auditório Nereu Ramos na câmara dos deputados. Tema: Que serviço público nós queremos?

28/11 – Caravana Nacional dos SPF`s a Brasília.

MULHER TRABALHADORA DA FASUBRA RESOLUÇÕES APROVADAS NO XXI - CONFASUBRA

Art. 15: Garantir a participação das mulheres que tem filh@s de zero a onze anos, com creches nas atividades de militância garantindo o financiamento pelas entidades de base acrescido o caso de homens pais que detenham a guarda d@s filh@s. @s filh@s, portador@s de necessidades especiais, não tem limitação de idade. No caso de atividade ser nos fóruns da FASUBRA e a entidade de base não arcar com os custos das crianças, a FASUBRA arcará no momento e o valor será lançado como dívida para a entidade de base. No caso das mães que cuidarem sozinhas de seus filh@s é garantida a participação d@s filh@s enquanto forem menores de idade tendo comprovado o problema na entidade de base.

DADOS BANCARIOS PARA DEPOSITO DO FUNDO DE GREVE:

Banco: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência: 0004

Operação: 013

Conta Corrente: 18.709-0

CNPJ FASUBRA: 08.485.179/0001-26

Cada sindicato filiado em conjunto com os comandos locais de greve devem enviar os delegados eleitos em assembleia, aprovar o fundo de greve imediatamente e solicitar com antecedência a necessidade de creche caso haja demanda para que possamos tomar as providências necessárias.